

A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

DOI: 10.5281/zenodo.17790648

Amanda Cais Pessoa*Graduada em Administração e Graduando em Ciências Contábeis, email:**cais.amanda@gmail.com***Andresa Cristina Peixoto Vaserino***Graduada em Administração e Graduando em Ciências Contábeis, email:**andresacpc15@gmail.com***Maycon Douglas Rodrigues***Graduada em Administração e Graduando em Ciências Contábeis,**email: maycon.rodrigues9@etec.sp.gov.br***RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo evidenciar os impactos do gerenciamento financeiro entre as famílias e indivíduos no Brasil, abordando o contexto histórico de inadimplência inclusive os principais fatores e o sistema inflacionário do país ao longo dos anos. Os principais aspectos e motivos que contribuíram para a situação atual e as consequências que a pandemia do COVID-19 provocou, contribuindo no aumento do desemprego e consequentemente trazendo agravamento e dificuldades financeiras enfrentadas durante e após este período ocorrido, pelo tempo de três anos e dois meses. No desenvolvimento do presente trabalho será apresentado como se planeja e organiza financeiramente, abordando de maneira breve e sucinta a cultura brasileira no que diz respeito a administração dos recursos financeiros familiar e os seus impactos e a importância da educação financeira no ambiente familiar e nas escolas, os riscos e consequências futuras devido à má gestão dos recursos próprios. Para a elaboração do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, trazendo literaturas como forma de nortear e auxiliar no controle financeiro e orçamentário pessoal e na tomada de decisões relacionadas as formas sustentáveis de aquisição de produtos bancários e destacando formas de conscientizar e de ajudar no direcionamento de medidas que contribuem na melhoria da saúde financeira pessoal.

Palavras-chave: Inadimplência. Educação Financeira. Gerenciamento. Ferramentas.

ABSTRACT

The present article aims to highlight the impacts of financial management among families and individuals in Brazil, addressing the historical context of default, including the main factors and the country's inflationary system over the years. It discusses the

main aspects and reasons that contributed to the current situation and the consequences that the COVID-19 pandemic caused, contributing to increased unemployment and consequently leading to worsening and financial difficulties faced during and after this period, which lasted three years and two months. In the development of this work, it will be presented how financial planning and organization are carried out, briefly and concisely addressing Brazilian culture regarding the management of family financial resources and their impacts, as well as the importance of financial education in the family environment and in schools, along with the risks and future consequences due to poor management of one's own resources. For the preparation of the article, a bibliographic research was conducted, bringing in literature as a way to guide and assist in personal financial and budgetary control, as well as in decision-making related to sustainable ways of acquiring banking products, and highlighting ways to raise awareness and help guide measures that contribute to improving personal financial health.

Keywords: Default. Financial Education. Management. Tools.

INTRODUÇÃO

No Brasil, endividamento familiar trata-se de um problema recorrente na vida das pessoas, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC 2021. Aponta que em 2021 cerca de 69,7% das famílias brasileiras encontra-se endividadas, trazendo consigo um aumento no indicador de inadimplência.

O número de brasileiros inadimplentes alcançou cerca de 63,8 milhões em janeiro de 2020, um aumento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2019. (SERASA EXPERIAN, 2020). Percebe-se através das informações apresentadas, um descontrole com relação a finanças pessoais provocadas pela má gestão dos recursos próprio. Além do momento desafiador provocado pela Pandemia da Covid-19.

A crise desencadeada por essa pandemia apresenta características sem precedentes na história recente das epidemias, afetando de forma significativa diversos setores da sociedade. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2023). A pandemia teve grande impacto não apenas na questão biomédica e epidemiológica, mas também em aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos.

O isolamento ocasionado, o ensino e trabalho a distância deixaram marcas permanentes na forma com que a população vive e enxerga a TI e que tem como resultado, a integração e potencialização das capacidades humanas com as digitais. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2022), houve um avanço significativo de

investimento das empresas em tecnologias da informação. Após um levantamento, observou-se que, em 2021, computadores, notebooks, tablets e smartphones somados já superaram a marca de 447 milhões de unidades no Brasil.

O objetivo desse estudo é evidenciar o controle dos recursos financeiros e os impactos do gerenciamento das finanças pessoais. Abordando os principais aspectos, sendo a má administração dos recursos e a contribuição da pandemia de Covid-19 para o endividamento das famílias brasileiras.

CULTURA BRASILEIRA NO ÂMBITO FINANCEIRO E ECONOMICO

Administrar recursos financeiros sempre foi um desafio para os indivíduos, a forma em que se aplica o dinheiro, como planeja seus gastos, e realiza sua reserva de emergência. Desenvolver um planejamento financeiro é essencial para obter um parâmetro da real situação em que se encontra e utilizar da melhor maneira os recursos. (BONA, 2020).

Os brasileiros de modo geral, não tem a cultura do planejamento dos gastos e muito menos de investir os recursos em uma poupança para imprevistos. Esse hábito de não planejar, muitas vezes influenciados pela própria família acaba se tornando um espelho para os filhos. Essa falta de incentivo está relacionada a falta de conhecimento, pela aculturação histórica e por experiências anteriores. (STANLEY e DANKO, 1999).

Ao analisar a cultura brasileira, percebe-se ao longo da história um país com uma série de problemas econômicos, ocasionado principalmente pelo aumento na inflação dos produtos e nas alternâncias de moedas até chegar no plano real. A Inflação ocorre por um aumento generalizado no preço de bens e serviços impactando diretamente na redução do poder de compra da população. (BACEN, 2025).

Neste contexto, para controlar a inflação foi criada a Lei nº 8024, de 12 de abril de 1990, pelo Fernando Affonso Collor de Mello criador do empréstimo compulsório no plano Brasil Novo. Por meio dessa lei os detentores de poupanças, investimentos de rendas fixas e fundos de investimentos foram obrigados a emprestar os recursos ao Governo. O empréstimo compulsório, é uma obrigação que nasce de uma determinação legal, com um fato gerador que obriga o contribuinte a emprestar dinheiro ao Estado com promessa de restituir futuramente. (ALEXANDRE, 2017).

Mediante aos fatos apresentados anteriormente, é possível analisar que ao longo dos anos o Brasil teve uma dificuldade para controlar a inflação, melhorar a economia da população brasileira e isso se agravou após a criação da lei que obrigou quem possuía uma reserva a emprestar seus recursos ao Governo com a promessa de recebimento futuro. Esses fatos contribuíram para a não formação do capital de segurança e consequentemente para a procura de crédito no mercado ocasionado a inadimplência e o endividamento da população brasileira.

ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC (2024), entende-se por endividamento pessoas que contraíram dívidas e se comprometeram a realizar o pagamento no futuro, caso, ele não consiga realizar o pagamento na data acordada o indivíduo passa a estar na categoria de inadimplentes podendo gerar negativação nos órgãos de proteção ao crédito.

Para Ferrari (2020), a inadimplência é a incapacidade econômica de honrar com as obrigações contraídas, mediante a um saldo devedor mensal negativo, ou seja, quando o rendimento mensal cobre apenas as despesas mensais e não há saldo disponível para cobrir as dívidas já existentes.

Conforme dados do PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2021), aponta que o percentual de brasileiros endividados e inadimplentes atingiu o patamar de 66,5% em janeiro de 2021, um pouco acima no mesmo período do ano anterior com 66,3%.

Os dados acima refletem a situação da população brasileira, com isso verifica-se que a falta de planejamento financeiro ocasiona a falta de pagamentos das contas, cartões de crédito, uso recorrente do cheque especial e contribuem para as práticas de juros abusivos por parte de instituições financeiras. Desta forma, auxiliam no empobrecimento impactando diretamente na renda causando crise em âmbito familiar.

DESEMPREGO E MEDIDAS ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA

No primeiro trimestre de 2020, teve início a pandemia da COVID-19, que só terminou, após três anos e dois meses, gerando uma grande mudança na vida da

população mundial, desde restrições na área da saúde, desequilíbrio emocional e descontrole financeiro. Devido a urgência das empresas em realizar cortes nos gastos, a principal medida adotada foi o desligamento dos trabalhadores em massa.

No Brasil, o distanciamento social foi uma das primeiras medidas adotadas para a redução de disseminação da covid-19. Se, por um lado, essa medida diminui a circulação de pessoas reduzindo, assim, a probabilidade do contágio, por outro, reduz a atividade econômica e impacta a atuação das pessoas no mercado de trabalho. (Góes, 2021, p. 183).

A taxa média de desemprego, foi recorde no ano de 2020, e no primeiro trimestre de 2021 o número de desempregados ultrapassou 15,2 milhões. O mercado de trabalho desestabilizou de maneira prejudicial para a economia, aumentando gradativamente a quantidade de trabalhadores informais. (ZANOBIÁ, 2021).

Segundo Rezende (2021), o home office é uma modalidade de trabalho que já vinha crescendo nos últimos anos, mas, com a pandemia, esse modelo ficou ainda mais evidente. Milhares de pessoas e empresas, tiveram que se adaptar ao novo normal, e acompanhar a constante evolução e mudanças que ocorreram, pois, as reuniões que antes eram pessoalmente, passaram a ser através de vídeos conferências, as jornadas de trabalho, passaram a ser em frente aos monitores e não, como antigamente, com seus companheiros, lado a lado. Mudanças essas, necessárias, para sobreviver em meio a pandemia da COVID-19.

Para amenizar os impactos econômicos e financeiros, durante este período, o governo implantou o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), o programa teve a duração de 120 dias, durante este período o empregador e o trabalhador, pode reduzir jornadas, salário e até mesmo realizar a suspensão temporária do contrato de trabalho. (GOV, 2021).

ORÇAMENTO FAMILIAR

Segundo Halles, Sokolowski, Hilgemberg (2007), entende-se como orçamento familiar o controle sobre as receitas e despesas tratando-se de um ambiente familiar, isso ocorre dentro de um período. Sendo assim, trata-se de um resumo da vida financeira, que constitui um histórico e projeções com o objetivo de auxiliar e nortear as tomadas de decisão com relação a aplicação e destino dos recursos. Podendo

ainda, planejar-se com relação aos ganhos e despesas mensais, consequentemente capaz de criar uma reserva para imprevistos e realizar investimentos.

De acordo com o Banco Central (2023), para elaborar um orçamento financeiro familiar e pessoal, o ideal é que se inicie por anotações das receitas e despesas, realizando um planejamento dos gastos, elencando-os de forma prioritária e essencial. Desta forma, será possível utilizar os recursos da melhor maneira para suprir as necessidades e atingir as metas e objetivos almejados.

Dados retirados da PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, menciona que apenas. A ausência de um planejamento financeiro carrega consigo alguns problemas notáveis, como: contas a pagar, dívidas em cartão de crédito, cheque especial, nome no SPC, além dos juros abusivos praticados pelo mercado, o que contribui copiosamente para o empobrecimento da população brasileira, pois impactam em suas rendas, podendo até ocasionar diversas crises no ambiente familiar e social.

Infelizmente, é muito comum ver famílias passarem por dificuldades financeiras e reclamarem que o orçamento familiar está baixo e que a renda não dá para custear as despesas, após pesquisa verifica-se que o real problema não é o valor financeiro e sim, a falta de educação financeira e gerenciamento financeiro pessoal.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira tem por objetivo ajudar indivíduos em diferentes níveis de renda, através de ferramentas que auxiliam nesse controle, ensinando práticas de gestão financeira, analisando renda, gastos, poupança e empréstimos. (AMADEU, 2009).

É o processo pelo qual indivíduos passam a melhorar sua compreensão sobre conceitos financeiros, com informações e orientação corretas, são capazes de desenvolver valores e competências necessárias conscientizando-se sobre riscos e oportunidades em operações financeiras, dessa forma, sendo mais assertivo na tomada de decisão, por ser uma área que estimula o desenvolvimento de habilidades, formando críticos acerca dos serviços financeiros disponíveis. (FILI, F.; FERREIRA, M. A. D. S.; SILVA, W. A. T. D.; ISHISAKI, N., 2020)

Kiyosaki (2002) diz que a educação financeira deveria ser ensinada obrigatoriamente nos primeiros anos de vida, se tornando matéria obrigatória nas

escolas, tendo influência na hipótese de as crianças não seguirem exemplos errados de seus pais endividados.

Stehling e Araújo (2008), menciona que deve ser iniciada o mais cedo possível, assim adquirindo uma relação saudável com o dinheiro, como independência e valor, priorizando o planejamento financeiro através de análise crítica.

Pessoas bem-informadas entendem que todas as suas ações financeiras podem interferir diretamente em sua vida pessoal e afetar seu futuro. Com isso, elas passam a fazer melhores escolhas e tendem a ter decisões mais assertivas em relação às atitudes e escolhas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo a educadora Cássia D' Aquino (2010, p.1)

A Educação Financeira nos países desenvolvidos tradicionalmente cabe às famílias. Às escolas fica reservada a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa. No Brasil, infelizmente, a Educação Financeira não é parte do universo educacional familiar. Tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país. As crianças devem aprender desde cedo a lidar com o dinheiro, assim os pais devem estimulá-las a gastar apenas aquilo que ganham. Percebe-se hoje que os pais estimulam as crianças a receberem mesadas e aprenderem a controlá-las.

Quando é desenvolvido a habilidade de senso crítico, o indivíduo se torna mais integrado a sociedades e atuantes no âmbito financeiro, ampliando sua visão de bem-estar. (SAVOIA et al., 2007).

PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2019), a gestão financeira é um conjunto de ações e processos que visam maximizar os resultados, por meio de planejamento, movimentações financeiras e controle adequada para a família, evitando problemas que podem ser fatais como: falta de registro e entendimento nas movimentações de entrada e saída, causando divergências na conta final.

Rocatelli (2018) evidencia que na prática da elaboração do planejamento, deve-se considerar para as receitas, salário, pró-labore, investimentos, recebimentos de serviços prestados e vendas; para a despesa temos gastos com moradia, transporte,

alimentação, saúde e lazer. Para aplicação na prática e um melhor entendimento há possibilidade de controle através de uma planilha, onde deve constar entrada e saída, previsão de gastos e recebimentos, assim, avaliando e compreendendo a situação financeira pessoal.

Ao longo dos anos é notório ver que o endividamento das famílias só cresce, ficando mais crítico depois da pandemia do COVID19. Isso ocorre, pela falta de conhecimento da população em relação a educação financeira consequentemente, a um planejamento. Além disso, as dificuldades se dão em relação aos baixos salários, acesso ao crédito facilitado, porém sem o conhecimento devido as condições de pagamento, como juros abusivos, práticas consumistas e falta de capacidade de pagamento. (BORGES, 2013)

Um dos métodos mais utilizado, para conseguir dividir o salário e manter um equilíbrio financeiro é deixar 50% para as necessidades essenciais, como despesas com moradia e alimentação, 30% para desejos e estilo de vida, como entretenimento e academia, 20% para prioridades financeiras, como economias e investimentos. (SERASA, 2023).

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

Segundo Medeiros (2019) a pesquisa científica é uma investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas consagradas pelas ciências. Tais pesquisas são sistematicamente planejadas e levadas a efeito seguindo critérios rigorosos de processamento das informações.

Para desenvolvimento da pesquisa científica, será utilizado diversos tipos de artigos científicos, revisão de literatura, estudo comparado e estudo documental. No presente trabalho, será realizado uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa etc. Assim, qualquer tentativa de apresentar um modelo para desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica deverá ser entendida como arbitrária. Tanto é que os modelos apresentados pelos autores que tratam desse assunto diferem significativamente entre si. (Gil, 2019, p. 59).

Dentre as modalidades de pesquisas científicas existentes, a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros, teses, dissertações e artigos científicos (GIL, 2008). Sua finalidade é atualizar conhecimento científicos, sintetizar textos publicados que tratam de um mesmo tema, analisar e avaliar informações, recolher e analisar contribuições teóricas sobre um determinado fato.

Garcia (2016) explica que

Normalmente os pesquisadores apresentam uma revisão bibliográfica do assunto, porém não apresentam nenhuma contribuição, nenhum resultado da pesquisa, e encerram sem saber para que serviu todo o trabalho. É importante que seja elaborada uma boa revisão bibliográfica, um levantamento do estado da arte daquele conteúdo. Esse levantamento bibliográfico sem que seja feita uma contribuição, uma nova proposta, quer seja contra ou a favor do que foi levantado na revisão não pode, por si só, ser considerado uma pesquisa, quanto mais bibliográfica, pois, [...] toda pesquisa busca uma contribuição ou uma resposta ao problema proposto (Garcia, 2016, p. 293).

A pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação. Primeiramente é necessário definir a temática, em seguida estabelecer limites da pesquisa, distinguindo sujeito e objeto de questão. (LAKATOS E MARCONI, 2003).

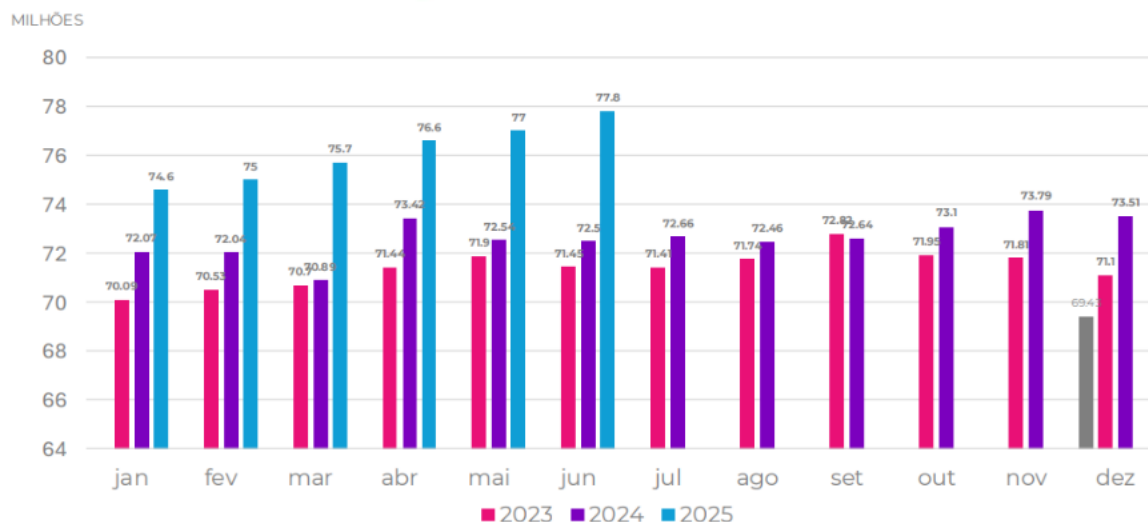
RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa, com base nas informações coletadas e, para obtenção de dados quantitativos. Com o objetivo de destacar a importância de um planejamento financeiro pessoal, pois através dos dados coletados nos principais veículos como Serasa Experian, pode-se observar que as famílias com endividamento têm aumentado ao longo dos anos.

Conforme o gráfico 1, Serasa Experian (2025), pode-se observar a evolução do número de inadimplentes no Brasil, nos últimos anos.

Gráfico 1 - Gráfico de Inadimplência no Brasil.

A evolução do número de inadimplentes no Brasil no último ano



Fonte: Serasa Experian (2025).

De acordo com o gráfico 2, Serasa Experian (2025), os dois principais motivos do endividamento no Brasil são o cartão de crédito com 69% e empréstimos bancários com 56%, conforme ilustração a seguir.

Gráfico 2 - Principais tipos de dívida que se têm em bancos.

Principais tipos de dívidas que se têm em bancos



Fonte: Serasa Experian (2025).

O gráfico 3, relaciona os principais motivos dos débitos em bancos, 40% da população aponta o desemprego como o maior problema, seguido com 13%, o descontrole financeiro e os gastos de emergência.

Gráfico 3 – Principais motivos das dívidas com banco

**Principais motivos da(s) dívida(s)
com banco**



Fonte: Serasa Experian (2025).

DISCUSSÕES

Por meio das informações obtidas através de pesquisas, observa-se que o número de inadimplentes aumentou ao longo dos anos e fortaleceu no decorrer dos três últimos, por uma série de fatores, entre eles: Cultura familiar, pandemia, falta de gestão financeira, consumismo e como consequência um aumento gradativo e impactante.

Realizando uma análise minuciosa da situação e relacionando os gráficos, com as evidências dos pós pandemia, percebe-se que o maior motivo da inadimplência no Brasil, é o desemprego, com 40%, segundo Serasa Experian. Famílias, após perderem sua fonte de renda, buscam auxílio em instituições financeiras, aumentando ainda mais suas dívidas através de cartões de créditos e empréstimos.

Com o aumento generalizado dos preços, ou seja, alta na inflação, na busca por alternativas, para solucionar os problemas de déficit financeiro, a população, se afunda cada vez mais, pois, na maioria das vezes, não consegue pagar o saldo inicial do cartão de crédito, e para isso, entra no cheque especial, com taxas mais altas.

É de suma importância, destacar que alguns fatores externos influenciam diretamente nesta situação, como por exemplo a economia do país, porém é possível, através de um planejamento financeiro, se organizar e evitar que tal cenário ocorra.



Ao longo do trabalho, observa-se que a cultura brasileira no âmbito econômico é defasada, marcada pelas altas inflações e trocas de moedas ao longo dos anos. Outro fator é a educação familiar, onde, o descontrole é passado de geração para geração não havendo ensinamento por parte dos pais.

Uma possível solução é a educação financeira, e deveria ser implantado nas escolas, para que as crianças tenham consciência dos impactos de uma boa e má gestão financeira, se tornando adultos conscientes e capacitados, para tomar decisões. Outro aspecto, que auxilia na organização financeira, é uma mensuração das receitas e despesas, resultando no controle orçamentário pessoal, seja através de planilhas, tabelas e até mesmo um caderno de anotações. Para quem está em meio ao problema, uma possível solução, seria a renegociação das dívidas, a fim de melhorar as condições de pagamento, prazos e juros, podendo resultar em um controle da situação financeira.

Em suma, a falta de conscientização, conhecimento econômico, educação financeira, gerenciamento pessoal, são os principais motivos, do endividamento populacional, pois pessoas sem conhecimento e orientação, são cidadãos que não estão aptos, a tomar decisões racionais e sim movidos pelo impulso.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquematizado**. 11^o. ed., Salvador: JusPodivm, 2017, 864p.

AMADEU, João Ricardo et al. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009.

ARÊAS, F. L. C. Orçamento Familiar como Forma de Planejamento para Consumo de Participantes de Classes Sociais Distintas: Uma Pesquisa Realizada na Associação Atlética BANE (AABANE). 2013. 66 p. Monografia (Graduação).UESB –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista - BAHIA. 2014.

BACEN. **O que é inflação?**.2025. Disponível em:
<http://bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2023.

BEDIN, Lueh Polsinelli. **Análise empírica da relação entre a taxa de desemprego e a inadimplência**. 2015. 41 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13995>.

BONA, Andre. **O que é planejamento financeiro e porque você deve considerá-lo**. São Paulo, 1 dez. 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/o-que-e-planejamento-financeiro-e-por-que-voce-deve-considera-lo/>.

BORGES, P. R. S. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT) 2013. <https://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf >

D'AQUINO CASSIA. E o que é educação financeira? Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>. Acesso em: 03 mar. 2025.

FERRARI, Gustavo. **Superendividamento do consumidor – As mudanças previstas no CDC**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/338153/superendividamento-do-consumidor---as-mudancas-previstas-no-cdc>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FGV. Fundação Getúlio Vargas, 2022. **Pandemia acelerou processo de transformação digital das empresas no Brasil, revela pesquisa**. Disponível em: 12 <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acelerou-processo-transformacao-digital-empresasbrasil-revela-pesquisa>. Acesso em: 11 abril 2025.

FILI, F.; FERREIRA, M. A. D. S.; SILVA, W. A. T. D.; ISHISAKI, N. **Educação financeira como estratégia de melhoria na gestão dos recursos pessoais**. Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia, v. 4, n. 2, p. 6-199, jul./dez., 2020. ISSN 2595-3699 < <file:///C:/Users/Amanda%20Cais/Downloads/191-Texto%20do%20artigo-274-1-10-20210127.pdf> >

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. Revista Línguas e Letras: Cascavel, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008. p.75-88.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. DOS S.; NASCIMENTO, J. A. S. **Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da covid-19**. Brasília: Ipea, set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3xkDGa2>>.

Kiyosaki, R. 2002. *Independência Financeira*. Editora Elsevier, Rio de Janeiro.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p.44-73.

REZENDE, FERNANDA MARTINS; DUARTE, THAIS LOPES. **O home office em tempos de pandemia**. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/9679a724-632c-4e51-94c0-2613450eaf6>

Retrato do endividamento dos consumidores -Relatório Especial PEIC agosto 2021. Disponível em: <https://portalbucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agostode-201_especial.pdf>

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A.T.; SANTANA, F.A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Rio de Janeiro, novembro/dezembro de 2007.

SEBRAE. **Gestão Financeira – 2019**. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/gestaoфинanceira,28a97ffc98a98610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

SERASA EXPERIAN, **35 milhões de brasileiros têm dívidas em bancos, aponta relatório da Serasa – 2025** Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/35-milhoes-de-brasileiros-tem-dividas-em-bancos-aponta-relatorio-da-serasa>

SERASA EXPERIAN, **Inadimplência aumenta 2,6% em janeiro, segundo Serasa Experian, 2020**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br>.

SERASA **Como dividir o salário? Confira metodologias**. 25 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/carteira-digital/blog/dividir-salario/>>

STANLEY, Thomas J.; DANKO, William D. **O milionário mora ao lado**. 1.ed. São Paulo: Manole, 1999.

SPC. **Endividamento: Saiba como transformar sua realidade Financeira**. Serviço de Proteção ao Crédito 2024. Disponível em: [Endividamento: saiba como transformar a sua realidade financeira](#).

STEHLLING, Priscilla e ARAÚJO, Meire. *Alfabetização Financeira*. Revista da Escola Adventista, São Paulo, 2008.

ZANOBIA, Luana. **IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/> . Acesso em: 30 mar. 2025.